

SOBRE A RELAÇÃO ENTRE DIREITOS SOCIAIS GARANTIDOS PELA CONSTITUIÇÃO E O BEM-ESTAR DAS ESTRUTURAS FAMILIARES NO CONTEXTO BRASILEIRO

***Maria de Lourdes Santos Fiorini¹, Willian T. Girarde²**

1. Estudante de Ensino Médio do Colégio Carbonell, Guarulhos/SP; *malufiorini1@gmail.com

2. Orientador do Programa Syans de Iniciação Científica

Palavras Chave: *Direitos Sociais, Estrutura Familiar, Direito.*

Introdução

As sociedades do mundo moderno e seus sistemas seguem regidos por constituições, o que significa que seus cidadãos têm direitos assegurados por leis, a saber, dentre outros, principalmente a saúde, a segurança e a educação. No âmbito jurídico brasileiro, a referência encontra-se no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, cujo conteúdo expõe a garantia aos direitos sociais da seguinte forma: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. É certo que o não cumprimento, por parte do governo, de tais garantias configura não somente um ato inconstitucional, mas gera impacto negativo nas estruturas familiares que compõem a população do país. O presente estudo, nesse sentido, tem a frase anterior como premissa básica, o direito civil como tema e aborda especificamente, a partir de uma simples descrição contextual baseada em pesquisas recentes, a relação entre o não cumprimento da garantia dos direitos sociais por parte do governo e a estrutura familiar no Brasil. Num primeiro momento, a jovem pesquisadora delimitou o tema, este escolhido por estar estreitamente relacionado à sua escolha profissional no futuro; depois, explorou algumas referências e compilou informações relevantes sobre a atuação do governo no Brasil, realizou entrevista com especialista na área com o uso de uma pequena estrutura de perguntas, procurou imparcialmente confirmar — ou mesmo refutar — a sua hipótese de que o impacto na estrutura familiar é negativo e, por fim, arriscou-se ao fazer apontamentos acerca do problema de pesquisa: afinal, o não cumprimento dos direitos sociais gera impacto negativo na estrutura de uma família? Se sim, como o processo ocorre? Realizou-se, assim, uma pesquisa qualitativa e bibliográfica.

Resultados e Discussão

Alguns dados sobre a atuação do governo brasileiro trouxeram uma resposta insatisfatória no que diz respeito ao cumprimento dos direitos sociais. A começar por um levantamento, feito pelo Datafolha, que constatou que 47% da população brasileira prefere pagar planos de saúde a utilizar a solução oferecida pelo governo, principalmente porque — e seguem os dados — somente 8% dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) avaliaram o atendimento positivamente, expondo o péssimo sistema público de atendimento oferecido pelo governo à população. E vai além: o Portal da Educação mostrou que apenas 1,9% dos brasileiros vive em lugares nos quais os serviços de saúde receberam uma avaliação, numa escala 0-100, próxima de 70%. O mesmo se estende à esfera educacional. Nessa, alguns levantamentos feitos pela Campanha Nacional de Direito a Educação concluiu que menos de 1% das escolas brasileiras tem infraestrutura ideal e somente 44% dessas contam com água encanada, sanitários, energia elétrica, esgoto e cozinhas. Na Região

Nordeste, por exemplo, 65% têm níveis precários; já na Norte, surpreendentes 71%. Assim como na saúde, na educação a população também se refugia nas redes particulares. Em Roraima, por exemplo, o número de matrículas em escolas privadas aumentou 42,6% enquanto o ensino público aumentou, em si, apenas 0,7% no último ano. Já quanto à segurança, dados do relatório Índice de Progresso Social (IPS) afirma que, entre 132 países analisados, o Brasil aparece na 122ª posição num ranking que avaliou a segurança pessoal. Outro levantamento, este realizado pelo Portal G1, informou que o país tem, no momento em que se escreve este texto, um déficit de 200 mil vagas no sistema prisional e uma superpopulação carcerária, esta concentrada principalmente no estado de São Paulo. Unidades de saúde e escolas em estado precário, violência, insegurança e problemas carcerários: somente alguns dos muitos argumentos que dizem contra o governo. Ao que parece, os direitos sociais garantidos pela Constituição realmente não são cumpridos à risca no Brasil, mas para que as conclusões não levassem em conta somente as informações compiladas de pesquisas já realizadas, uma entrevista foi realizada. Ao entrevistado, um empresário e especialista em questões públicas, foram formuladas perguntas discriminantes resumidas a seguir: durante a entrevista, o respondente afirmou que a qualidade da oferta dos recursos disponíveis à sociedade tem forte relação com o conforto familiar — o que reforça a confirmação da hipótese — e ainda ressaltou que o acesso da população ao que se tem direito (educação, saúde e segurança) é de responsabilidade do governo. Noutra passagem, enfatizou ainda que a entrega das garantias constitucionais resultaria, sim, em melhores condições de vida e, conseqüentemente, em mais qualidade. E que, embora a economia esteja atualmente instável e em crise, sempre há alternativas para a reversão de uma crise.

Conclusões

Ainda que com limitações, é possível verificar que a estrutura familiar é fruto do sistema político-econômico do qual faz parte. Parece haver uma correlação entre a garantia dos direitos sociais por parte do governo e a família nuclear, de modo que, se o governo anda bem e cumpre seus deveres, a estrutura familiar (conforto, consumo, renda, etc) segue o mesmo ritmo. No contexto brasileiro, aqui evidente, os direitos são garantidos com má qualidade. Resultantes disso são (1) problemas familiares e (2), na esfera social, a desigualdade, pois, dado que uma parcela da sociedade é desprovida de recursos, "vítimas sociais" surgem. Sugere-se, aqui, que novos estudos sejam realizados para a comprovação da de tal correlação. Por fim, conclui-se que políticas assistencialistas talvez não sejam mais a solução para os problemas da crise, mas uma nova proposta de reforma social, econômica e política. Em favor das famílias.